



Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

ACTA N.º 14/XI

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1- Audiência com a APMSHM - Associação Pro-Maior Segurança dos Homens do Mar. (09:30 Horas)**
- 2- Audiência com a CNJ - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural. (10:00 Horas)**
- 3- Audiência com a Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria. (10:30 Horas)**
- 4 - Audiência com a Federação dos Sindicatos da Função Pública. (11:30 Horas)**
- 5 - Audiência com a AAPN - Associação de Armadores de Pesca do Norte. (12:30 Horas)**

Depois de agradecer a presença do Mestre José Festas, Presidente da Associação Pro-Maior Segurança dos Homens do Mar, o Senhor Presidente deu-lhe de imediato a palavra, tendo este começado por informar que as principais causas do recente acidente em Viana do Castelo se prendiam com o facto de haver névoa e de a tripulação não estar a usar colete por dificultar os movimentos de trabalho. Em seguida, fez uma apresentação genérica do projecto que pretendiam desenvolver para maior segurança no mar, que continha a vertente do equipamento e a vertente da formação, o qual já havia sido aprovado pelo IFAP e salientou como principais preocupações da Associação:

- A importância da substituição dos coletes salva-vidas pelo fato flutuante que apresentaram e por um sistema de socorro activado através de radio-baliza e um GPS *plotter* com determinadas características;
- A necessidade de maior celeridade na abertura do concurso público a lançar no âmbito do fornecimento daquele equipamento;
- A importância de existir uma formação prática adequada (por oposição à boa formação teórica que era dada pela FOR-MAR);
- O IVA incide sobre as embarcações de pesca;
- A falta de apoios à Associação.



De seguida, intervieram, colocando questões sobre os assuntos expostos, os Senhores Deputados Lúcio Ferreira (PS), Carla Barros (PSD), Teresa Santos (PSD) e Agostinho Lopes (PCP), bem como o Senhor Presidente tendo aquelas sido objecto de resposta e clarificação por parte dos requerentes.

Finda esta audiência, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural, os quais salientaram como questões que eram motivo das suas preocupações no âmbito do Orçamento do Estado para 2010, as seguintes:

- Financiamento do PRODER, em particular o facto de as candidaturas submetidas serem superiores aos valores de financiamento e a dotação do PRODER *versus* o Plano de Estabilidade e Crescimento;
- Os seguros na agricultura;
- O redimensionamento do sector produtivo e a questão das cooperativas;
- Os apoios financeiros à agricultura familiar;
- Os apoios financeiros ao sector leiteiro;
- O “desvio” de verbas no PRODER do apoio à actividade agrícola para o apoio à implementação de banda larga em zonas rurais-

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Pedrosa (PS), Luis Capoulas (PSD), Altino Bessa (CDS-PP) e Agostinho Lopes (PCP), que colocaram questões sobre as matérias focadas pelos requerentes, as quais foram objecto de esclarecimento por parte dos requerentes.

Em seguida, concluída esta audiência, o Senhor Presidente saudou a Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria e, tendo-lhes dado a palavra, estes expuseram as seguintes preocupações:

- As dificuldades de subsistência da agricultura familiar;
- As dificuldade na competitividade no mercado, pelo facto de os agricultores espanhóis terem um menor custo de produção e, por isso, conseguirem vender mais barato os seus produtos;



- O decréscimo na produção do azeite, vinho e leite e o aumento da importação destes produtos;
- A importância de produzir para o mercado nacional;
- A necessidade de maior formação profissional;
- A discórdia com o desenvolvimento da PAC no quadro “pagar para não produzir”;
- As dificuldades de financiamento no âmbito do PRODER na região de Leiria;
- A desertificação das zonas rurais;
- O parcelamento agrícola
- A necessidade de aumentar os meios para limpeza dos matos e aproveitar esses recursos orgânicos para a agricultura biológica e produção de energia;
- O problema do excedente de fruta não vendida e armazenada e a necessidade de criação de soluções alternativas como transformação em polpas e sumos.

Intervieram os Senhores Deputados Paulo Batista Santos (PSD), João Paulo Pedrosa (PS), Abel Baptista (CDS-PP), Fernando Marques (PSD) e Agostinho Lopes (PCP) e o Senhor Presidente, que colocaram questões sobre as matérias focadas pelos requerentes, tendo estas sido objecto de esclarecimento pelos mesmos.

Entrando na quarta audiência calendarizada, o Senhor Presidente deu as boas vindas aos representantes da Federação dos Sindicatos da Função Pública que, usando da palavra, salientaram as preocupações que tinham relativamente à aplicação da lei da mobilidade especial ao Ministério da Agricultura, o qual consideravam ter sido o Ministério mais afectado e que actualmente sofria graves consequências decorrentes dessa actuação, nomeadamente: falta de pessoal na grande maioria dos serviços, desperdício de recursos humanos especializados naquela área e dificilmente substituíveis, encerramento de alguns serviços e mau funcionamento de outros e diminuição do rendimento mensal de muitas famílias em que um ou ambos os membros do casal haviam sido colocadas na mobilidade especial com as consequentes implicações financeiras dessa situação. Terminaram solicitando a revogação do regime da mobilidade especial e a reafecção do pessoal do Ministério.

Para solicitar esclarecimentos aos requerentes, intervieram os Senhores Deputados Horácio Antunes (PS), Altino Bessa (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP), Miguel Freitas (PS) Carla Barros (PSD), Pedro Lynce (PSD) e António Cabeleira (PSD) e o Senhor Presidente, tendo os



representantes da Federação dos Sindicatos da Função Pública respondido às questões colocadas.

A última entidade a ser ouvida foi a Associação de Armadores de Pesca do Norte, que manifestaram as suas preocupações relativamente aos seguintes temas:

- Os salários reais dos tripulantes das pequenas embarcações e as implicações no caso de aplicação do regime previsto no Código Contributivo;
- As contribuições para a Segurança Social dos tripulantes de pequenas embarcações;
- A alteração da idade de reforma decorrente da aplicação do Código Contributivo que deixa de considerar a actividade piscatória como profissão de alto risco.

Em seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Lopes (PCP), Ulisses Pereira (PSD), Jorge Fão (PS), Abel Baptista (CDS-PP), Lúcio Ferreira (PS) e o Senhor Presidente, que colocaram um conjunto de questões sobre estas matérias e também sobre outras como a formação profissional, as quotas nas pescas e a fiscalização da segurança das embarcações e equipamento usado pelos tripulantes, as quais foram respondidas pelos requerentes.

Estas cinco audiências foram gravadas, encontrando-se o seu registo áudio disponível para consulta, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às catorze horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista

Agostinho Lopes

Altino Bessa

António Cabeleira

Carla Barros

Fernando Marques



Horácio Antunes
João Paulo Pedrosa
Jorge Fão
Jorge Seguro Sanches
Lúcio Ferreira
Luís Capoulas
Maria de Lurdes Ruivo
Miguel Freitas
Paulo Barradas
Paulo Batista Santos
Pedro Lynce
Pedro Soares
Teresa Santos
Ulisses Pereira
Cristóvão Crespo
José Ferreira Gomes
Maria das Mercês Borges
Rosa Maria Albernaz
Rui Prudêncio

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Coutinho
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Afonso Candal

Palácio de S. Bento, 23 de Fevereiro de 2010

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Pedro Soares)